



O PRESIDENTE ITAMAR CUMPRIRÁ SEU COMPROMISSO?

Em 25 de maio/94 houve uma audiência do Comando de Greve dos Servidores Públicos e do Presidente da CUT, Vicentinho, com o Presidente Itamar Franco. O Presidente da República assumiu o compromisso de que, se houver recursos, implantará imediatamente a 1ª etapa da proposta de isonomia salarial entre os servidores públicos da União. Essa proposta foi definida por uma comissão composta por representantes do governo e dos servidores públicos, prevendo, inicialmente, a definição de uma tabela única de vencimentos para os servidores do executivo, a extensão a todos do reajuste de 28,86% que vem sendo pagos ao legislativo e judiciário e a unificação da GAE (ou gratificação análoga) no valor que já vem sendo pago a alguns setores (170%).

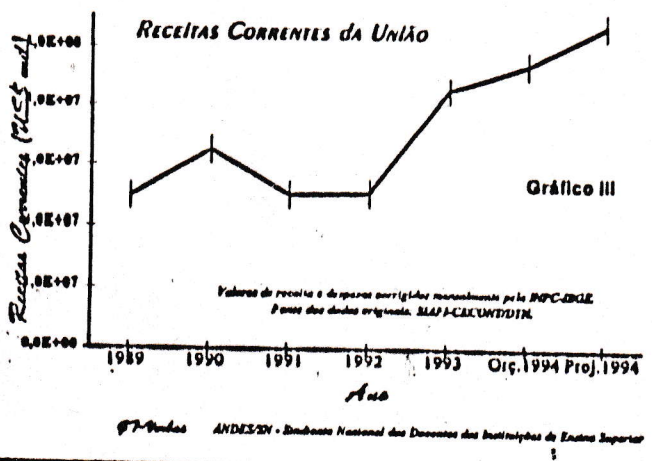
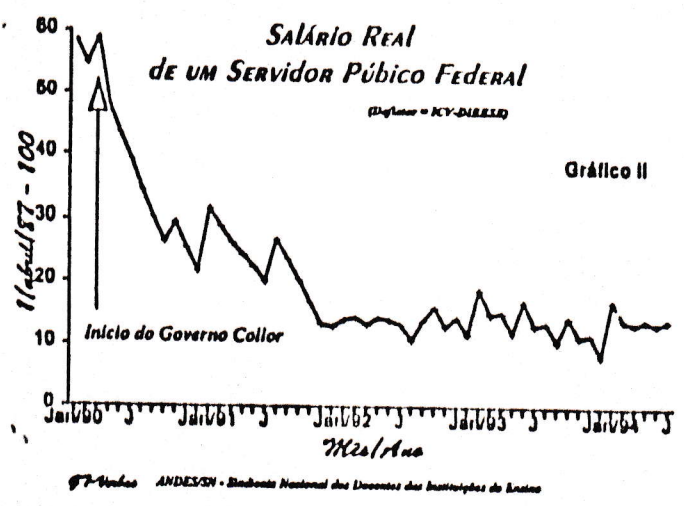
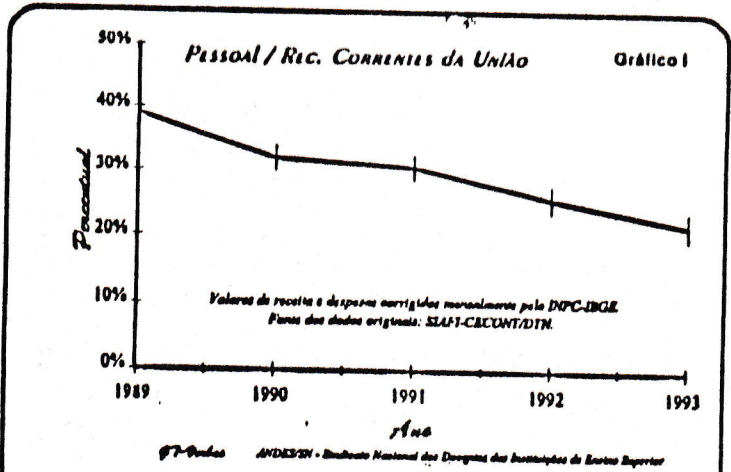
O Gráfico-I mostra a redução drástica da participação das despesas de pessoal nas receitas correntes da União. Isso reflete, essencialmente, o grave arrocho salarial vivido pelos servidores nos últimos anos (Gráfico-II), especialmente durante o governo Collor. Esse é o retrato da degradação dos serviços públicos essenciais para a população ou da desestruturação das atividades estratégicas para o desenvolvimento auto-sustentado do país.

A luta do servidor para reverter este quadro tem sido intensa e neste momento esperamos que o governo Itamar cumpra com o compromisso assumido. Os Balanços Orçamentários da União, publicados no Diário Oficial da União, evidenciam um crescimento real das suas Receitas Correntes, resultado de um necessário mas ainda insuficiente combate à sonegação fiscal (Gráfico-III). Projeções sobre esses dados apontam que neste ano estas receitas deverão atingir um patamar de US\$107 bilhões, cerca de US\$13 bilhões acima do que esta previsto na última versão do Orçamento/94. Fica claro, portanto, que o governo dispõe de recursos mais que suficientes para implementar a 1ª etapa da isonomia, o que diminuiria as distorções salariais vigentes no interior dos serviços públicos e aliviaria um pouco a grave situação de penúria vivida pela maior parte dos servidores.

Entretanto, o desenvolver dos fatos não são alentadores. A área econômica do governo quer que a comissão que está sendo formada para apurar a disponibilidade de recursos, limite seu espaço de análise às receitas tributárias líquidas. Isso inviabilizaria qualquer reajuste pois essas receitas raramente têm sido suficientes para o pagamento completo das despesas de pessoal. Configura-se, uma manobra que, mais uma vez, visa penalizar aos servidores e aos serviços públicos, enquanto recursos

volumosos são desviados para o pagamento de juros escorchantes aos especuladores do sistema financeiro.

Reiteramos nossa expectativa de que o governo Itamar cumpra com o compromisso público assumido e utilize parte do incontestável crescimento das receitas da União para o atendimento desta demanda.



Handwritten signature and date: 03/06/94